



FOLHAS:	43
PROC:	456 / 2021
Ass.:	1

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

PROCESSO N° 456/2021/SEMED/PNATE

Assunto: Análise prévia do edital do PREGÃO ELETRÔNICO, minuta do contrato e demais anexos.

EMENTA: Contratação de empresa especializada, para fornecimento de pneus para os veículos das Secretarias de Educação/Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE, no município de São Domingos do Maranhão - Ma, para o período de 12 (doze) meses, observando as condições e especificações constantes do Anexo I - Especificações e Quantidades e no Anexo II - Termo de Referência.

PARECER JURÍDICO N° 208/2021/ASSEJUR

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Consultoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei n° 8.666, de 1993 e suas alterações, na qual solicita análise jurídica da legalidade dos textos das minutas do Edital, Contrato e de seus demais anexos, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada, para fornecimento de pneus para os veículos das Secretarias de Educação/Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE, no município de São Domingos do Maranhão-Ma, para o período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações técnicas mínimas e quantitativos a ser contratados em consonância com os descritos nas especificações contidas na Planilha de Especificações e Quantidades e conforme especificações contidas no Termos de Referência.

Dentre os documentos a serem analisados verifica-se a apresentação dos seguintes procedimentos:

- a) Solicitação das Secretarias;
- b) Termo de Referência;
- c) Autorização para pesquisa de preços/cotação;
- d) Cotações de 03 (três) empresas atuantes no mercado (potenciais fornecedores);
- e) Despacho ao Pregoeiro;
- f) Portaria n° 13/2021/GAB, habilitando Pregoeiro para o ato;
- g) Decreto Municipal n° 20/2010, que regula o PREGÃO ELETRÔNICO;
- h) Minuta do edital, Contrato e demais anexos;

DA ANÁLISE JURÍDICA.

Em análise aos documentos do presente Processo, verifica-se que o procedimento licitatório foi instaurado por autorização da autoridade competente, em conformidade com o art. 38 da Lei n° 8.666, de 1993.

Constante nos autos a cotação de (03) três empresas, elaboração de Planilha de Cotação de Preços, fixação de Preço Médio, habilitação do Pregoeiro e da Comissão de Licitação e a Legislação Municipal pertinente à modalidade de licitação aplicada.



FOLHAS:	74
PROC:	456 / 2021
Ass.:	1

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO
CEP N° 65.790.000

O Termo de Referência foi aprovado pela autoridade competente, bem como justificada e aprovada à necessidade de contratação.

O procedimento licitatório caracteriza “ato administrativo formal” (art. 4º, parágrafo único da Lei federal nº 8.666/93), seu fim específico é a condução do processo de compras, da contratação de serviços ou de alienação pela Administração e o seu processamento se dá por meio de atos sucessivos e encadeados tendentes à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem assim à preservação do princípio da igualdade.

Traz-se à análise edital de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço.

A licitação está sujeita a alguns princípios, os quais, se descumpridos, descaracterizam o instituto e invalidam seu resultado seletivo. São eles: procedimento formal, publicidade de seus atos, igualdade entre os licitantes, sigilo na apresentação das propostas, vinculação ao edital ou convite, julgamento objetivo, adjudicação compulsória ao vencedor e probidade administrativa.

Seguindo as normas citadas, verifica-se que o processo encontra-se autuado, protocolado e numerado. A justificativa da contratação foi demonstrada nos autos à fl. 01 e o objeto do contrato encontra-se devidamente adequado às necessidades da Secretaria de Educação/Programa Nacional de Transporte Escolar/PNATE.

Ante o exposto, somos a favor do andamento do feito, procedendo-se à divulgação do instrumento convocatório mediante publicação no DOU – Diário Oficial da União, DOE - Diário Oficial do Estado, e no Jornal de Grande Circulação.

Quanto ao edital e seus anexos, estão de acordo com os dispositivos legais pertinentes, em especial o disposto no art. 4º, II, da lei 10.520, de 17/07/2002, que instituiu o Pregão, c/c o art. 40 da lei 8.666/93, o que leva a sua aprovação, Decreto nº 3.555/00, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada Pregão, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto Federal nº 9.488, de 2018.

Sabe-se que bens e serviços comuns são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. Assim sendo é cabível tal procedimento no caso aqui referenciado.

Para análise do edital, estamos utilizando subsidiariamente a Lei de Licitações nº 8.666/93, em seu Art. 38, parágrafo único, prevê que as minutas de Editais de Licitações e de seus anexos, devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do órgão que está promovendo a licitação, senão vejamos:



FOLHAS:	75
PROC:	456 / 2021
Ass.:	1

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

“Art.38

Parágrafo Único – As minutas de editais de licitação, bem como as do Contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração.”

Consta no presente processo a disponibilidade de recurso financeiro, conforme Dotação Orçamentária informada pelo Setor Financeiro, cujo valor estimado para contratação corresponde: R\$ 235.693,60 (duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

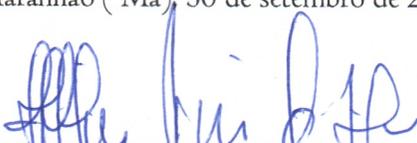
Com fulcro nas normas de licitação da Lei Nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, nenhum impedimento há para a contratação ora requerida, considerando que as minutas do Edital, e demais anexos se encontram em perfeita consonância com o que preceitua a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, devendo, entretanto, ser obedecido os procedimentos adotados pela modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO”, conforme previsto na mesma Lei.

Da análise em tela, verifica - se corretos os procedimentos adotados, para contratação do objeto, mediante processo licitatório na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO”, conforme previsto na Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 9.488, de 2018 e Decreto Municipal Nº 20/2010, c/c o art. 40 da lei 8.666/93, devendo ser utilizado o procedimento de seleção com base no MENOR PREÇO, ou seja, a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ante ao exposto, verifica-se que a minuta do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO e seus anexos, após análise, estão de acordo com as normas administrativas e dispositivos legais a ele pertinentes, não havendo, portanto, óbice legal em seu prosseguimento.

É o parecer, s.m.j.

São Domingos do Maranhão (Ma), 30 de setembro de 2021


HILTON PEREIRA DA SILVA
OAB/MA – 7304